

Política atual só prevê abono

Com a edição do Plano Collor II, a equipe da ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello restringiu a política salarial aos abonos pagos a partir de abril, deixando qualquer benefício adicional por conta da livre negociação. Pela regra em vigor, os trabalhadores não têm o direito ao acerto de contas na data-base, com base na média dos últimos 10 meses. Essa fórmula, que vigorou no ano passado, foi derrubada.

Além de limitada, a política de abonos acaba em agosto. Por isso, há uma disposição do Governo e Congresso para aprovar uma nova regra até lá. A equipe da ex-ministra encaminhou ao Congresso duas propostas de política salarial: uma delas formaliza a livre negociação — que já existe na prática — e a outra estabelece uma regra de reajustes para o salário mínimo, o único que continuaria indexado, recebendo a cada seis meses o repasse da inflação passada (medida pelo IRSM), mais 5% de ganho real.

A intenção da equipe econômica é manter inalterado o projeto de livre negociação e negociar com o Congresso uma proposta mais abrangente em substituição ao projeto do salário mínimo, protegendo os salários mais baixos. Entretanto, como tem afirmado o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, a indexação pela inflação passada só será aceita para o mínimo e os benefícios da Previdência.